



Expresso

26-10-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Política

Dimensão: 2437 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/16/17

A última cartada de José Sócrates

Ex-primeiro-ministro vai ser ouvido na **instrução da Operação Marquês** e o objetivo é evitar o julgamento PT6

Justiça O ex-primeiro-ministro pediu para depor na fase de instrução e o objetivo é só um: evitar o julgamento. “Qualquer outro resultado, não gosto”, assume o advogado João Araújo

O último trunfo de Sócrates

Ivo Rosa reservou quatro dias para ouvir ex-PM

RUI GUSTAVO

Para evitar ser julgado por 31 crimes, incluindo corrupção, José Sócrates vai jogar o último trunfo: ele próprio. O advogado

João Araújo diz que a defesa pediu que o ex-primeiro ministro fosse ouvido na fase de instrução para “atar as partes” e “dar os nós”. E que “se tudo correr como deve de ser, é evidente que não há julgamento”.

“Qualquer outro resultado, não gosto”, assume o advogado de José Sócrates.

Ivo Rosa, juiz de instrução da Operação Marquês, reservou quatro dias para o interrogatório “tendo em conta a dimensão da acusação e a quantidade de factos imputados ao arguido”. A acusação do Ministério Público (MP) tem 4083 páginas e Sócrates responde por três crimes de corrupção, três de fraude fiscal, 16 de branqueamento de capitais e nove de falsificação de documentos. A inquirição começa esta segunda-feira, 28 de outubro e pode prolongar-se por toda a semana.

A instrução é uma espécie de pré-julgamento em que os indícios recolhidos pelo MP são confrontados pelas defesas dos acusados. De acordo com a lei, o juiz de instrução de um qualquer processo pode pronunciar os arguidos nos exatos termos da acusação, retirar alguns dos crimes aos acusados, mandando-os na mesma para julgamento e pode até mudar os crimes elencados pelo MP. De corrupção para tráfico de influências, por exemplo. Ou fazer cair o processo por considerar que indícios não são suficientes para levar a uma condenação em julgamento.

Segundo um especialista em Direito Penal ouvido pelo Expresso, em oitenta por cento dos casos, os juizes de instrução levam os arguidos a julgamento pelos mesmos crimes de que já estavam acusados. Mas Ivo Rosa já mostrou que tem um entendimento mais crítico da ação do MP do que a maioria dos juizes e desvaloriza a prova indireta e a dedução. E este processo é fértil nesse tipo de indícios.

José Sócrates, por exemplo, não é acusado de um único ato de corrupção concreto em que tenha tomado uma decisão so-

zinho. O MP acusa-o de receber dinheiro do Grupo Lena através do amigo Carlos Santos Silva para influenciar concursos públicos que a construtora ganhou, de ter sido corrompido pelo Grupo Espírito Santo para evitar a OPA da Sonae ao Grupo PT ou de ter recebido um milhão de euros para facilitar um empréstimo da Caixa Geral de Depósitos ao Grupo Vale do Lobo. Em nenhum destes casos houve uma decisão final de Sócrates. E Ivo Rosa não hesita em deixar cair um processo na fase de instrução, como aconteceu com o caso TAP / Sonangol. Mas se Sócrates não for a julgamento será sempre um terramoto judicial e se as acusações de corrupção caírem agora, será uma grande derrota para o MP.

“Lama” e “invenções”

Esta não será a primeira vez que José Sócrates é confrontado com os indícios recolhidos pelo Ministério Público, mas é a primeira vez que o ex-PM tem oportunidade de rebater perante um juiz os crimes que lhe são imputados na acusação assinada por Rosário Teixeira e outros seis procuradores.

Nos interrogatórios a que foi sujeito pela dupla Rosário Teixeira e Paulo Silva — o inspetor da Autoridade Tributária de Braga que conduziu a investigação no terreno — o antigo secretário-geral do PS negou com indignação todos os crimes de que foi acusado acusando os investigadores de “inventarem”, de lhe lançarem “lama para cima” e de o “insultarem”. De Vale de Lobo, só conhecia “o restaurante tailandês, muito bom”; a OPA da Sonae à PT falhou porque “não pagaram o suficiente” e a suspeita de que teria sido corrompido por Ricardo Salgado, ex-presidente

do Grupo BES, também acusado no processo, foi recebida com gritos: “Como se atrevem a dizer que fui corrompido por Ricardo Salgado?”

Rosário Teixeira puxou do maior trunfo da acusação confrontando Sócrates com o facto de ter gastado 390 mil euros em férias e viagens com dinheiro que lhe foi entregue por Carlos Santos Silva. “Passamos férias juntos há 40 anos. Serve de alguma coisa dizer que eu paguei as contas do restaurante?” O teor do depoimento perante Ivo Rosa não será muito diferente. José Sócrates vai negar todos os crimes de que é acusado.

O juiz já ouviu cinco testemunhas indicadas por José Sócrates e pelo teor dos interrogatórios é possível perceber que a estratégia da defesa passa por provar que o ex-governante não tem responsabilidade nos atos que lhe são imputados. Teixeira dos Santos, ex-ministro das Finanças, começou por dizer na fase de inquérito que tinha nomeado Armando Vara para a administração da CGD sem informar Sócrates, apesar de saber que isso seria do agrado do então primeiro-ministro. Agora, perante Ivo Rosa, disse que não só falou com Sócrates, como este até o avisou para as possíveis “consequências políticas” da nomeação.

A acusação diz que Sócrates queria ter “elementos da sua confiança” na administração do banco público e que usou Vara para conseguir que a Caixa financiasse o Grupo Vale de Lobo em 216 milhões de euros. Em troca recebeu um milhão. Tal como Vara. Se Ivo Rosa acreditar nesta versão de Teixeira dos Santos, a acusação contra Sócrates sai fragilizada neste ponto.

Santos Ferreira, que presidiu à CGD entre 2005 e 2007, disse a Ivo Rosa que não houve pressões de Sócrates ou do Governo na OPA falhada à PT.

Só Domingos Farinho, o professor universitário que segundo o MP é o verdadeiro autor da tese de mestrado de Sócrates divergiu do tom geral. Perante o juiz, admitiu que recebeu 54 mil euros do empresário Rui Mão de Ferro apesar de nunca ter trabalhado para ele. O nome foi-lhe indicado por José Sócrates e o professor não quis dizer mais nada para não se “auto-incriminar”.

rgustavo@expresso.imprensa.pt



INSTRUÇÃO Sócrates quer depor para destruir a acusação do Ministério Público que lhe imputa 31 crimes. O futuro imediato do ex-PM está nas mãos de Ivo Rosa, um juiz crítico da prova indireta e um inimigo íntimo de muitos procuradores do MP. Sócrates vai ser ouvido nesta sala (foto à esquerda) e o juiz já reservou quatro dias para as inquirições, tendo em conta a dimensão da acusação — mais de quatro mil páginas — e a complexidade dos crimes de que é acusado o único primeiro-ministro do PS eleito com maioria absoluta

SÓCRATES NEGOU SEMPRE A PRÁTICA DE QUALQUER CRIME. TEM AGORA OPORTUNIDADE DE PÔR EM CAUSA A ACUSAÇÃO DO MP



FOTO THIAGO MIRANDA

Guerra entre juiz e jornalistas assistentes

Relação decidiu que o jornal "Sol" pode assistir à instrução, mas impediu o "Observador". "Correio da Manhã" está à espera

O caso começou com uma reclamação de uma jornalista da RTP contra o facto de haver colegas de outros órgãos de informação que se tinham constituído como assistentes na Operação Marquês e que estavam dentro da sala onde se realizavam as inquirições às testemunhas e acusados do processo. Teriam assim acesso a informação que estava vedada aos outros jornalistas e que usavam para fazer notícias.

A reclamação foi enviada diretamente ao juiz de instrução Ivo Rosa que deu razão à jornalista do canal público e proibiu, por despacho, os assistentes que são jornalistas de estarem presentes nas sessões de inquirição no tribunal. Deixou também de os notificar das várias decisões que ia tomando, discriminando-os assim em relação aos outros assistentes do processo que não são jornalistas.

Felícia Cabrita, do "Sol"; Luís Rosa, do "Observador", e Sérgio Azenha e Débora Carvalho, do "Correio da Manhã" recorreram desta decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa. Os recursos foram distribuídos a três juizes diferentes que tomaram decisões distintas. O desembargador Carlos Vargues decidiu que Ivo Rosa não fundamentou devidamente a sua decisão e decretou que Felícia Cabrita pode assistir às sessões, nomeadamente à inquirição de José Sócrates, o principal acusado do processo que começa a depor a 28 de outubro, segunda-feira. Como a decisão ainda não transitou em julgado, o juiz até pode impedir a jornalista de assistir à inquirição do ex-primeiro-ministro. Mas se a decisão da Relação for confirmada, o interrogatório poderá ter de ser repetido, já com a presença de Felícia Cabrita. Não se sabe se Ivo Rosa vai ou não acatar a decisão do seu colega da Relação.

Dois juizes, duas decisões

Já Maria Perquilha, desembargadora do mesmo Tribunal da Relação de Lisboa, apreciou o recurso do jornalista do "Observador" e decidiu que os jornalistas não podem ser assistentes em processos judiciais e, como tal, não podem assistir às sessões de inquirição, nem terem acesso a informação dos processos ou a serem notificados dos despachos do juiz. O jornalista Luís Rosa, que se constituiu assistente no processo, está assim impedido de entrar na sala onde José Sócrates será ouvido por Ivo Rosa.

O Expresso sabe que os responsáveis do "Observador" estão dispostos a recorrer até ao Supremo Tribunal até porque já tiveram uma decisão favorável da Relação de Lisboa num caso anterior.

O desembargador que está a apreciar o recurso dos jornalistas do "Correio da Manhã" não tinha, até à hora do fecho desta edição, tomado qualquer decisão. Se a situação se mantiver, os jornalistas deste diário terão de ficar à porta. R.G.

NÚMEROS

4083

páginas tem a acusação, que foi feita por sete procuradores. O juiz Ivo Rosa levou 43 dias para ler o documento

24

milhões de euros é o dinheiro de origem corrupta que o MP diz que Sócrates terá acumulado desde que assumiu o cargo de primeiro-ministro

31

crimes estão imputados a José Sócrates, incluindo três de corrupção, os mais graves

425

horas de gravação foram registadas durante os interrogatórios aos arguidos